



AUDITOR

CÓDIGO: NS-10

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 - A duração das provas será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo de preenchimento do Cartão de Respostas.
- 2 - O candidato que, na primeira hora de prova, se ausentar da sala e a ela não retornar, será eliminado.
- 3 - Os 3 (três) últimos candidatos a terminar a prova deverão permanecer na sala até que todos tenham finalizado suas provas e somente poderão sair juntos do recinto, após aposição em ata de suas respectivas assinaturas.
- 4 - O candidato **NÃO** poderá levar o seu **Caderno de Questões (Provas Objetivas)** e **NÃO** poderá copiar o gabarito (assinalamentos). A imagem do seu **Cartão de Respostas** será disponibilizada na página do concurso em <http://concursos.biorio.org.br> na data prevista no cronograma.

INSTRUÇÕES - PROVA OBJETIVA

- 1 - Confira atentamente se este Caderno de Questões (Provas), que contém **50 (cinquenta) questões objetivas**, está completo.
- 2 - Cada questão da Prova Objetiva conterà **5 (cinco) opções** e somente uma correta.
- 3 - Confira se os **seus dados pessoais**, o cargo escolhido, indicados no **cartão de respostas**, estão corretos. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal de Sala ou ao Chefe de Local. Terminada a conferência, você deve assinar o **cartão de respostas** no espaço apropriado.
- 4 - Confira atentamente se o **cargo** e o **número do caderno** que estão no caderno de questões é o mesmo do que consta em seu **cartão de respostas** e na etiqueta com seus dados colada na mesa/cadeira onde foi designado para sentar. Se notar qualquer divergência, notifique imediatamente ao Fiscal de Sala ou ao Chefe de Local.
- 5 - Cuide de seu **cartão de respostas**. Ele não pode ser rasurado, amassado, dobrado nem manchado.
- 6 - Se você marcar mais de uma alternativa, sua resposta será considerada errada mesmo que uma das alternativas indicadas seja a correta.
- 7 - No decorrer da prova objetiva o fiscal de sala irá colher a sua digital no selo que está no seu cartão de respostas.
- 8 - O fiscal de sala não poderá prestar qualquer esclarecimento sobre o conteúdo da prova. Caso discorde de qualquer questão o candidato deverá entrar com recurso administrativo contra as questões na data prevista no cronograma.

AGENDA

- **06/12/2015** (Manhã e Tarde), **PROVAS OBJETIVAS/RECEBIMENTO DE TITULOS.**
- **07/12/2015**, Divulgação do Gabarito Preliminar das Provas Objetivas/Exemplares das Provas.
- **10/12/2015**, Disponibilização das Imagens dos Cartões Respostas das Provas Objetivas.
- **11/12 e 14/12/2015**, Interposição de Recursos contra as questões das Provas Objetivas.
- **23/12/2015**, Divulgação dos Gabaritos Definitivos das Provas Objetivas.
- **23/12/2015**, Resultado do Recurso contra as questões das Provas Objetivas.
- **29/12/2015**, Divulgação Relação Preliminar das Notas das Provas Objetivas.
- **05/01 a 06/01/2016**, Interposição de Recursos contra a Relação Preliminar de Notas da Prova Objetiva.
- **07/01/2016**, Resultado do Recurso contra a Relação Preliminar de Notas da Prova Objetiva.
- **07/01/2016**, Divulgação da Relação Final das Notas das Provas Objetivas.
- **16/01/2016**, Relação dos candidatos que terão os seus títulos analisados.
- **18/01 a 19/01/2016**, Interposição de Recursos contra a Relação Preliminar de Notas da Avaliação de Títulos.
- **25/01/2016**, Resultado do Recurso contra as Notas Preliminares da Avaliação de Títulos.
- **25/01/2016**, Divulgação da Relação Final das Notas da Avaliação de Títulos.
- **26/01/2016**, Resultado Final do Concurso.



Concursos

INFORMAÇÕES:

- **Tel:** (21) 3525-2480 das 09 às 18h
- **Internet:** <http://concursos.biorio.org.br>
- **E-mail:** ifrj2015@biorio.org.br

LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO

SALTANDO AS MURALHAS DA EUROPA

De um lado está a Europa da abundância econômica e da estabilidade política. De outro, além do Mediterrâneo, uma extensa faixa assolada pela pobreza e por violentos conflitos. O precário equilíbrio rompeu-se de uma vez com o agravamento da guerra civil na Síria. Da Síria, mas também do Iraque e do Afeganistão, puseram-se em marcha os refugiados. Atrás deles, ou junto com eles, marcham os migrantes econômicos da África e da Ásia. No maior fluxo migratório desde a Segunda Guerra Mundial, os desesperados e os deserdados saltam as muralhas da União Europeia.

Muralhas? Em tempos normais, os portais da União Europeia estão abertos para os refugiados, mas fechados para os imigrantes. Não vivemos tempos normais. Os países da Europa Centro-Oriental, Hungria à frente, fazem eco à xenofobia da extrema-direita, levantando as pontes diante dos refugiados. Vergonhosamente, a Grã-Bretanha segue tal exemplo, ainda que com menos impudor.

A Alemanha, seguida hesitantemente pela França, insiste num outro rumo, baseado na lógica demográfica e nos princípios humanitários. Angela Merkel explica a seus parceiros que a Europa precisa agir junta para passar num teste ainda mais difícil que o da crise do euro. “O futuro da União Europeia será moldado pelo que fizermos agora, alerta a primeira-ministra alemã. (Mundo, outubro 2015)

QUESTÃO 1

O título dado ao texto – Saltando as muralhas da Europa – representa:

- (A) uma crítica aos imigrantes que não respeitam as leis internacionais.
- (B) uma referência a uma ameaça à segurança da União Europeia.
- (C) uma alusão à dificuldade da Europa em aceitar refugiados.
- (D) um elogio à política alemã de aceitar imigrantes e refugiados.
- (E) uma indicação das dificuldades dos refugiados diante de dificuldades políticas.

QUESTÃO 2

“De um lado está a Europa da abundância econômica e da estabilidade política. De outro, além do Mediterrâneo, uma extensa faixa assolada pela pobreza e por violentos conflitos”. Esse primeiro período do texto se estrutura:

- (A) a partir da antítese de elementos diversos.
- (B) no confronto entre duas épocas de valores distintos.
- (C) com base na comparação de duas civilizações diferentes.
- (D) com fundamento na oposição política e religiosa.
- (E) na semelhança entre regiões europeias, africanas e asiáticas.

QUESTÃO 3

De alguns segmentos do texto o leitor pode fazer uma série de inferências. A inferência inadequada do segmento “O precário equilíbrio rompeu-se de uma vez com o agravamento da guerra civil na Síria” é:

- (A) já havia uma guerra civil na Síria há algum tempo.
- (B) existia um ténue equilíbrio nas tensões da região.
- (C) haviam ocorrido rompimentos em países do local referido.
- (D) a guerra civil na Síria envolvia outros países vizinhos.
- (E) um conflito interno de um país pode afetar nações próximas.

QUESTÃO 4

O segmento do texto em que predomina uma visão objetiva é:

- (A) “A Alemanha, seguida hesitantemente pela França, insiste num outro rumo, baseado na lógica demográfica e nos princípios humanitários”.
- (B) “Angela Merkel explica a seus parceiros que a Europa precisa agir junta para passar num teste ainda mais difícil que o da crise do euro”.
- (C) “Os países da Europa Centro-Oriental, Hungria à frente, fazem eco à xenofobia da extrema-direita, levantando as pontes diante dos refugiados”.
- (D) “Vergonhosamente, a Grã-Bretanha segue tal exemplo, ainda que com menos impudor”.
- (E) “No maior fluxo migratório desde a Segunda Guerra Mundial, os desesperados e os deserdados saltam as muralhas da União Europeia”.

QUESTÃO 5

Xenofobia significa “aversão pelo estrangeiro”; a palavra abaixo cuja explicação etimológica está correta é:

- (A) fotofobia / aversão por fotografias.
- (B) acrofobia / aversão por locais altos.
- (C) aerofobia / aversão por viagens aéreas.
- (D) homofobia / aversão ao gênero humano.
- (E) tanatofobia / aversão por doenças.

QUESTÃO 6

“O futuro da União Europeia será moldado pelo que fizermos”; a forma inadequada da correspondência entre os tempos verbais sublinhados é:

- (A) seria/fizessem.
- (B) é/fazem.
- (C) era/faziam.
- (D) fora/fizeram.
- (E) foi/façam.

QUESTÃO 7

“Em tempos normais, os portais da União Europeia estão abertos para os refugiados, mas fechados para os imigrantes”. Entre “refugiados” e “imigrantes” há uma diferença:

- (A) econômica e religiosa.
- (B) religiosa e política.
- (C) política e causal.
- (D) causal e social.
- (E) social e econômica.

QUESTÃO 8

O autor do texto mostra um conjunto de posições políticas; o posicionamento que não é defendido no texto é:

- (A) favorável à política adotada pela Alemanha.
- (B) oposta ao posicionamento da Inglaterra.
- (C) condenatória dos imigrantes e favorável aos refugiados.
- (D) contrária aos políticos da extrema-direita.
- (E) irônica em relação à posição da França.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA

QUESTÃO 9

De acordo com a Lei 11.892/2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais possuem natureza jurídica de ____, detentoras de ____ administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. As lacunas ficam corretamente preenchidas respectivamente por:

- (A) fundações públicas / autonomia.
- (B) autarquia / autonomia.
- (C) fundações públicas / dependência.
- (D) autarquia / dependência.
- (E) empresas públicas / tutela.

QUESTÃO 10

Avalie se os Institutos Federais têm, entre outras, as seguintes finalidades e características:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais.
- III. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão.
- IV. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Estão corretos:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 11

Avalie se os objetivos dos Institutos Federais incluem ministrar, em nível de educação superior, as seguintes modalidades de cursos:

- I. Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia.
- II. Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de língua portuguesa, ciências sociais e matemática, e para a educação profissional.
- III. Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.
- IV. Cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.
- V. Cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Estão corretos:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) III, IV e V, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) I, III, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei 8027/90, que dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, são faltas administrativas puníveis com a pena de suspensão por até noventa dias, cumulada, se couber, com a destituição do cargo em comissão, entre outras, as seguintes, EXCETO UMA, que está ERRADA. Assinale-a.

- (A) retirar, sem prévia autorização, por escrito, da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- (B) opor resistência ao andamento de documento, processo ou à execução de serviço.
- (C) recusar fé a documentos públicos.
- (D) atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas.
- (E) atribuir a outro servidor público funções ou atividades estranhas às do cargo, emprego ou função que ocupa, exceto em situação de emergência e transitoriedade.

QUESTÃO 13

Avalie se, de acordo com a Lei 8027/90, as seguintes afirmativas são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- ✓ Aos casos de improbidade administrativa, insubordinação grave em serviço e revelação de segredo de que teve conhecimento em função do cargo ou emprego, entre outros, aplica-se a penalidade de demissão.
- ✓ Constitui infração grave, passível de aplicação da pena de demissão, a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, vedada pela Constituição Federal, estendendo-se às autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e fundações mantidas pelo Poder Público.
- ✓ Os servidores públicos civis são obrigados a declarar, no ato de investidura e sob as penas da lei, quais os cargos públicos, empregos e funções que exercem, abrangidos ou não pela vedação constitucional, devendo fazer prova de exoneração ou demissão, na data da investidura, na hipótese de acumulação constitucionalmente vedada.

As afirmativas são respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) V, F e F.
- (C) F, V e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e V.

QUESTÃO 14

A Lei nº 12.527/11 preconiza que os procedimentos nela previstos destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes, EXCETO UMA, que está ERRADA. Assinale-a.

- (A) Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- (B) Divulgação de informações de interesse público tão somente mediante solicitação.
- (C) Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- (D) Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- (E) Desenvolvimento do controle social da administração pública.

QUESTÃO 15

Avalie se as definições a seguir estão corretas, de acordo com a Lei nº 12.527/11:

- I. *autenticidade*: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- II. *disponibilidade*: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- III. *integridade*: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- IV. *primariedade*: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Estão corretas apenas:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 16**

São fundamentos do Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- (A) soberania.
- (B) cidadania.
- (C) dignidade da pessoa humana.
- (D) pluralismo social.
- (E) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

QUESTÃO 17

Avalie se os itens a seguir constituem direitos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos na Constituição:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- II. Garantir o desenvolvimento internacional.
- III. Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- IV. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Estão corretos:

- (A) somente I, II e IV.
- (B) somente I, III e IV.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) somente II, III e IV.
- (E) somente I, II e III.

QUESTÃO 18

De acordo com a Constituição Federal é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- (A) estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- (B) recusar fé aos documentos privados.
- (C) prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- (D) indenizar o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- (E) assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral.

QUESTÃO 19

O princípio da administração pública, previsto na Constituição Federal, que está relacionado a procura da produtividade, da economicidade, da exigência em reduzir os desperdícios do dinheiro público, impondo a execução dos serviços públicos com presteza, perfeição e rendimento funcional é o princípio da:

- (A) legalidade.
- (B) efetividade.
- (C) eficiência.
- (D) publicidade.
- (E) impessoalidade.

QUESTÃO 20

A respeito da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta é correto afirmar, EXCETO:

- (A) abrangerá os aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos da administração pública.
- (B) alcançará a aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- (C) será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo.
- (D) será exercida também pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (E) será exercida pelo Ministério Público Federal.

QUESTÃO 21

Os princípios infraconstitucionais do Direito Administrativo reconhecidos pela doutrina e jurisprudência são os a seguir relacionados, EXCETO:

- (A) Princípio da Supremacia do Interesse Público.
- (B) Princípio da Indisponibilidade.
- (C) Princípio da Continuidade.
- (D) Princípio da Segurança Jurídica.
- (E) Princípio da Competência Financeira.

QUESTÃO 22

O conteúdo do ato administrativo no qual é expressada a vontade emanada da Administração Pública, assim como as razões que justificam de fato e de direito a prática do ato, constituem os seguintes elementos, respectivamente:

- (A) Objeto e Motivo.
- (B) Competência e Forma.
- (C) Finalidade e Sujeito.
- (D) Forma e Competência.
- (E) Competência e Objeto.

QUESTÃO 23

A Administração Pública Municipal publicou decreto estabelecendo critérios da aplicação da Lei de Acesso a Informação no âmbito local. Este ato compreende exemplo do uso do Poder da Administração denominado:

- (A) Poder Regimental.
- (B) Poder Regulamentar.
- (C) Poder de Polícia.
- (D) Poder Discricionário.
- (E) Poder Hierárquico.

QUESTÃO 24

A licitação que é do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço” e exige a publicação do edital com antecedência mínima de 30 dias antes do recebimento das propostas ou da realização do evento é a da modalidade:

- (A) Concessão.
- (B) Pregão Eletrônico.
- (C) Tomada de Preços.
- (D) Convite.
- (E) Concurso.

QUESTÃO 25

Avalie se, de acordo com a Lei nº 8666/93, constituem motivo para rescisão dos contratos os casos a seguir:

- I. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.
- II. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.
- III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados.
- IV. O atraso justificado no início da obra, serviço ou fornecimento.

Estão corretos:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 26

Observe os itens a seguir que constituem Ato de Improbidade Administrativa:

- I. Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- II. Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- III. Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- IV. Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

Assinale a alternativa correta.

- (A) os itens I e II constituem Ato de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito.
- (B) os itens II e III constituem Ato de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito.
- (C) os itens II e IV constituem Ato de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário.
- (D) os itens III e IV constituem Ato de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário.
- (E) os itens I e IV constituem Ato de Improbidade Administrativa que atentam Contra os Princípios da Administração Pública.

QUESTÃO 27

O relatório exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal que divulga os gastos realizados com pessoal no período de 12 meses é o:

- (A) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- (B) Relatório da Gestão Fiscal.
- (C) Relatório da Execução Financeira.
- (D) Balanço Fiscal da Despesa.
- (E) Balanço Orçamentário.

QUESTÃO 28

A respeito do acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846/13 NÃO é correto afirmar que:

- (A) O acordo de leniência exige a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- (B) O acordo de leniência estipulará as condições necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.
- (C) Os efeitos do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que firmem o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.
- (D) A proposta de acordo de leniência somente se tornará pública após a efetivação do respectivo acordo, salvo no interesse das investigações e do processo administrativo.
- (E) A Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira.

QUESTÃO 29

De acordo com o Código Penal Brasileiro constituem crime contra as finanças públicas os casos a seguir, EXCETO:

- (A) Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.
- (B) Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
- (C) Ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
- (D) Prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contra garantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.
- (E) Ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do 1º ano do mandato ou da legislatura.

QUESTÃO 30

De acordo com o Código Penal Brasileiro apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, constitui:

- (A) corrupção passiva.
- (B) concussão.
- (C) peculato.
- (D) prevaricação.
- (E) condescendência criminosa.

QUESTÃO 31

As matérias a seguir são tratadas na lei orçamentária anual, EXCETO:

- (A) previsão de arrecadação das receitas orçamentárias.
- (B) fixação das despesas a serem realizadas.
- (C) autorização ao Poder Executivo para abertura de créditos suplementares.
- (D) estabelecimento das metas de resultados fiscais.
- (E) permissão ao Poder Executivo para realização de Operações de Crédito.

QUESTÃO 32

O orçamento de um Município ao ser elaborado deduziu da previsão da receita de transferência do FPM o valor devido ao Governo Federal, ou seja, não definiu na programação de despesa a dívida com aquele Governo. Nessa hipótese observa-se que o Município feriu o princípio orçamentário:

- (A) do Orçamento Bruto.
- (B) da Exclusividade.
- (C) da Moralidade.
- (D) da Legalidade.
- (E) da Especificação.

QUESTÃO 33

Na elaboração do orçamento a etapas que são de competência do Poder Legislativo são as seguintes:

- (A) discussão e veto.
- (B) veto e publicação.
- (C) sanção e aprovação.
- (D) discussão e aprovação.
- (E) aprovação e publicação.

QUESTÃO 34

A dotação orçamentária destinada a atender a despesa com pessoal se tornou insuficiente no decorrer do exercício. Para reforçar a dotação é necessário que seja aberto um crédito adicional do tipo:

- (A) extraordinário.
- (B) suplementar.
- (C) especial.
- (D) modificativo.
- (E) complementar.

QUESTÃO 35

A seguinte receita corrente é classificada de acordo com a origem em "Outras Receitas":

- (A) taxas de licenciamento de estabelecimento.
- (B) aluguéis de bens públicos.
- (C) multas e juros de tributos.
- (D) concessões e permissões.
- (E) contribuição de Iluminação Pública.

QUESTÃO 36

O estágio da receita pública que antecede ao que ocorre no momento em que a receita ingressa nos cofres públicos é:

- (A) a Previsão.
- (B) o Recolhimento.
- (C) o Lançamento.
- (D) o Recebimento.
- (E) a Arrecadação.

QUESTÃO 37

São classificados como despesas de natureza extraorçamentária os seguintes pagamentos:

- (A) INSS retido de prestadores de serviço.
- (B) juros passivos.
- (C) empréstimos contraídos.
- (D) obrigações patronais.
- (E) fornecedores diversos.

QUESTÃO 38

Para que uma despesa orçamentária seja paga é necessário que ocorram os seguintes estágios, nesta ordem:

- (A) previsão e empenho.
- (B) lançamento e recolhimento.
- (C) arrecadação e recolhimento.
- (D) empenho e liquidação.
- (E) liquidação e lançamento.

QUESTÃO 39

As seguintes despesas podem ser pagas por meio de adiantamento ou suprimento de fundos:

- (A) diárias de pessoal.
- (B) compras licitadas por tomada de preços.
- (C) contratações mediante pregão eletrônico.
- (D) passagens contratadas por meio de concorrência.
- (E) miúdas e de pronto pagamento.

QUESTÃO 40

As despesas a seguir são classificadas no grupo "Outras Despesas Correntes"

- (A) vencimentos e vantagens fixas.
- (B) aquisição de bens.
- (C) contratação de serviços de limpeza.
- (D) amortização da dívida.
- (E) juros de empréstimos.

QUESTÃO 41

A conta contábil identificada pelo código 3.1.1.2.1.01.00 é uma conta:

- (A) do Ativo.
- (B) do Passivo.
- (C) de Variação Patrimonial Aumentativa.
- (D) de Variação Patrimonial Diminutiva.
- (E) de Patrimônio Líquido.

QUESTÃO 42

A conta contábil que não é patrimonial nem de resultado é a identificada pelo seguinte código:

- (A) 111110301
- (B) 218810114
- (C) 342950100
- (D) 412220100
- (E) 522920100

QUESTÃO 43

O Demonstrativo contábil não aplicado a Contabilidade Pública é o seguinte:

- (A) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (B) Demonstração do Resultado do Exercício.
- (C) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (D) Demonstração do Resultado Econômico.
- (E) Balanço Patrimonial.

QUESTÃO 44

A Lei nº 8443/92 estabelece que diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pela União, (...), da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas a:

- (A) instaurar a Tomada de Contas Especial.
- (B) elaborar a Prestação de Contas.
- (C) realizar a inspeção especial.
- (D) iniciar a auditoria operacional.
- (E) providenciar a instauração de sindicância.

QUESTÃO 45

Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União é finalidade que se aplica ao:

- (A) Sistema de Controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União
- (B) Sistema de Controle exercido pelo Congresso Nacional
- (C) Sistema de Controle exercido pelo Ministério Público
- (D) Sistema de Controle Interno exercido do Poder Executivo Federal
- (E) Sistema de Controle Interno exercido pelo Poder Judiciário

QUESTÃO 46

Avalie se, no planejamento da auditoria interna, devem ser considerados os fatores relevantes na execução dos trabalhos indicados nos itens a seguir:

- I. O conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade.
- II. O conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade.
- III. Os riscos de auditoria, quer pelo volume, quer pela complexidade das transações e operações.
- IV. A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de relacionamento com auditoria externa.

Estão corretos:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) II, III e IV apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 47

Os testes de auditoria que visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade são os testes:

- (A) de procedimento.
- (B) de relevância.
- (C) substantivos.
- (D) de observância.
- (E) de materialidade.

QUESTÃO 48

A obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade, constitui o procedimento aplicado em teste de auditoria conhecido como:

- (A) Inspeção.
- (B) Verificação.
- (C) Investigação e confirmação.
- (D) Acompanhamento.
- (E) Monitoramento.

QUESTÃO 49

O relatório da Auditoria Interna deve abordar os aspectos a seguir, EXCETO:

- (A) o objetivo e a extensão dos trabalhos.
- (B) a sugestão de julgamento pelo Órgão de Controle Externo.
- (C) os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão.
- (D) a metodologia adotada.
- (E) as conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados.

QUESTÃO 50

A decisão do Tribunal de Contas da União em que ele julga as contas Regulares, Regulares com Ressalva ou Irregulares é denominada:

- (A) Decisão Preliminar.
- (B) Decisão Terminativa.
- (C) Decisão Conclusiva.
- (D) Decisão Finalística.
- (E) Decisão Definitiva.

